

Educomunicação e as barreiras no acesso ao benefício de prestação continuada (BPC) para crianças com deficiência

Educommunication and barriers to access to the continuous benefit (BPC) for children with disabilities

Educocomunicación y barreras de acceso al beneficio continuo (BPC) para niños con discapacidad

Gislaine Aparecida da Silva Machado¹ , Taís Steffenello Ghisleni¹ 

¹ Universidade Franciscana, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

Autor correspondente:

Taís Steffenello Ghisleni

Email: taisghisleni@yahoo.com.br

Como citar: Machado, G. A. S., & Ghisleni, T. S. (2025). Educomunicação e as barreiras no acesso ao benefício de prestação continuada (BPC) para crianças com deficiência. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 18(37), e23551. <http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v18i37.23551>

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar como a educomunicação pode constituir-se em ferramenta estratégica para o enfrentamento das barreiras no acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) por famílias de crianças com deficiência. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza documental e bibliográfica, que analisou legislações, manuais institucionais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), relatórios oficiais e estudos acadêmicos sobre políticas públicas, deficiência e educomunicação. Os resultados evidenciam que as principais barreiras ao acesso ao BPC concentram-se na falta de informação clara e acessível, na complexidade burocrática, nas dificuldades de uso dos canais digitais e nos custos indiretos associados à busca por orientação jurídica. Conclui-se que, por meio de campanhas educativas, formações com agentes públicos, mídias acessíveis e envolvimento comunitário, a educomunicação contribui para reduzir lacunas informacionais e empoderar as famílias na defesa de seus direitos, configurando-se como estratégia relevante para a promoção da inclusão social e da cidadania.

Palavras-chave: Acessibilidade informacional. Educação midiática. Formação cidadã. Inclusão digital. Inclusão social.

ABSTRACT

This study aims to analyze how educommunication can serve as a strategic tool to address the barriers faced by families of children with disabilities in accessing the Continuous Cash Benefit (BPC). This is a qualitative research of documentary and bibliographic nature, based on the analysis of legislation, institutional manuals of the National Institute of Social Security (INSS), official reports,

and academic studies on public policies, disability, and educommunication. The results indicate that the main barriers to access the BPC are the lack of clear and accessible information, bureaucratic complexity, difficulties in using digital channels, and indirect costs associated with legal guidance. It is concluded that, through educational campaigns, training of public agents, accessible media, and community engagement, educommunication contributes to reducing informational gaps and empowering families in the defense of their rights, thus representing a relevant strategy for promoting social inclusion and citizenship.

Keywords: Informational accessibility. Media education. Citizenship education. Digital inclusion. Social inclusion.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo analizar cómo la educomunicación puede constituirse como una herramienta estratégica para enfrentar las barreras en el acceso al Beneficio de Prestación Continuada (BPC) por parte de las familias de niños con discapacidad. Se trata de una investigación de enfoque cualitativo, de naturaleza documental y bibliográfica, basada en el análisis de legislaciones, manuales institucionales del Instituto Nacional del Seguro Social (INSS), informes oficiales y estudios académicos sobre políticas públicas, discapacidad y educomunicación. Los resultados evidencian que las principales barreras de acceso al BPC se concentran en la falta de información clara y accesible, la complejidad burocrática, las dificultades en el uso de los canales digitales y los costos indirectos asociados a la búsqueda de orientación jurídica. Se concluye que, mediante campañas educativas, formaciones con agentes públicos, medios accesibles y la participación comunitaria, la educomunicación contribuye a reducir brechas informativas y a empoderar a las familias en la defensa de sus derechos, configurándose como una estrategia relevante para la promoción de la inclusión social y la ciudadanía.

Palabras clave: Accesibilidad a la información. Educación en medios. Formación para la ciudadanía. Inclusión digital. Inclusión social.

INTRODUÇÃO

O Direito Previdenciário é um campo muito importante para assegurar a proteção social das populações mais vulneráveis, incluindo aquelas que enfrentam situações de desigualdade e exclusão social. Entre esses grupos, as crianças com deficiência constituem uma parcela significativa, muitas vezes dependente de benefícios assistenciais para garantir condições mínimas de dignidade e qualidade de vida. O Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), é um exemplo de política pública essencial para essas famílias. No entanto, apesar de ser um direito garantido por lei, diversas famílias enfrentam barreiras para acessar esse benefício, que vão desde a falta de informação até a complexidade do processo burocrático exigido.

Essas dificuldades limitam o alcance das políticas públicas e aprofundam as desigualdades sociais, deixando famílias desamparadas e fragilizando o exercício pleno da cidadania. Compreender essas barreiras e propor estratégias para superá-las é essencial para que o BPC alcance efetivamente seu propósito social.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo geral investigar as dificuldades enfrentadas pelas famílias de crianças com deficiência em Santa Maria, RS, no acesso ao BPC. Especificamente, pretende-se: (1) identificar as principais barreiras que dificultam o acesso ao benefício; (2) comentar os impactos sociais e econômicos que a efetivação desse benefício pode gerar nas famílias e na comunidade.

Além disso, o estudo incorpora a perspectiva da educomunicação, compreendida como um campo estratégico para a disseminação de informações e o fortalecimento da cidadania. A educomunicação pode desempenhar um papel muito importante ao capacitar as famílias a

compreender e reivindicar seus direitos, utilizando ferramentas digitais de maneira crítica e responsável. Contudo, observa-se uma carência significativa de estudos e políticas públicas que integrem a educomunicação no contexto escolar, o que limita o desenvolvimento de práticas efetivas de conscientização.

Em 2024, segundo dados do Portal da Transparência, 5,8 milhões de brasileiros receberam o Benefício de Prestação Continuada (BPC), totalizando R\$102,1 bilhões em pagamentos. E de acordo com o Centro de Referência de Assistência Social de Santa Maria (RS), até 14 de abril de 2025, 3.642 pessoas com deficiência receberam o BPC/LOAS no município.

Segundo informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria (SMED), observa-se um aumento anual no número de crianças diagnosticadas com autismo na rede municipal de ensino. No entanto, não há dados sistematizados que indiquem quantas dessas crianças têm acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Com este trabalho, buscamos contribuir para a superação das barreiras que dificultam o acesso ao BPC, ao mesmo tempo em que propomos o uso da educomunicação como uma estratégia inovadora e inclusiva para ampliar a eficácia das políticas públicas e promover uma sociedade mais justa.

A partir dessas constatações, organizamos este artigo em quatro seções, para além desta introdução: (1) a contextualização da educomunicação e suas áreas de intervenção; (2) o panorama das políticas públicas voltadas às crianças com deficiência; (3) a apresentação da metodologia adotada; e (4) a discussão dos resultados à luz das contribuições da educomunicação para o enfrentamento das barreiras identificadas.

EDUCOMUNICAÇÃO E SUAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Compreendemos a educomunicação como um campo interdisciplinar que articula comunicação, educação e participação cidadã, e que se apresenta como uma estratégia inovadora para enfrentarmos as barreiras informacionais e comunicacionais que dificultam o acesso ao BPC por parte das famílias. Ao favorecer práticas pedagógicas dialógicas, a produção colaborativa de informação e o letramento midiático, a educomunicação pode fortalecer a autonomia dos sujeitos na compreensão e reivindicação de seus direitos. No contexto desta pesquisa, sua relevância se dá justamente pela carência de ações comunicacionais eficazes voltadas às populações em situação de vulnerabilidade, especialmente aquelas que enfrentam dificuldades com os canais institucionais de acesso ao benefício. Nesta seção, apresentamos as principais áreas de intervenção da educomunicação, destacando de que maneira podem contribuir para a inclusão social e para o fortalecimento da cidadania informada.

Segundo Ligia Beatriz Carvalho de Almeida (2024), uma estratégia educ comunicativa eficaz raramente se limita a uma única área de intervenção. A ausência de conhecimento sobre o potencial completo da educomunicação, muitas vezes, restringe sua aplicação. Por exemplo, ao utilizar um jornal escolar para ensinar língua portuguesa, o professor explora a pedagogia da comunicação. No entanto, ao incorporar a educação para a comunicação, ele poderia enriquecer significativamente a experiência, abordando a função social do jornalismo, a linguagem jornalística e o processo de produção jornalística (Almeida, 2024, p. 43). Essa abordagem se mostra promissora para comunidades que precisam compreender, produzir e circular informações com mais autonomia, como é o caso das famílias que buscam orientação sobre o acesso ao BPC.

Defendemos que as intervenções em educomunicação devem ser co-criadas com as comunidades, de modo a promover transformação social baseada na participação ativa e na construção coletiva de significados. Essa lógica participativa pode ser aplicada, por exemplo, em ações que envolvam escolas e Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) na elaboração de materiais educativos sobre benefícios assistenciais, tornando os direitos mais compreensíveis e acessíveis para quem mais precisa. Ao definirmos estratégias educ comunicativas, consideramos

essencial levar em conta os sujeitos envolvidos, o contexto social, os objetivos da intervenção, a metodologia participativa e os critérios de avaliação contínua e colaborativa, adaptados à realidade local (Almeida, 2024).

Almeida (2024) ressalta que a educação para a mídia, embora tenha raízes europeias, foi adaptada na América Latina em diálogo com movimentos sociais, resultando em práticas comunicacionais mais críticas e voltadas à transformação social. Essas experiências são especialmente relevantes quando buscamos alternativas para enfrentar a desinformação e a exclusão vividas por famílias em situação de vulnerabilidade.

Na América Latina, essa abordagem incorporou elementos das lutas populares e dos movimentos sociais. Martin-Barbero e Rey (2001, p. 42) relatam que, mesmo com influências europeias, o uso do rádio em regiões rurais da América Latina permitiu o surgimento de práticas comunicacionais genuínas, que articulavam oralidade, resistência cultural e luta por direitos sociais. Tais experiências mostram que a comunicação pode ser uma ferramenta de empoderamento, especialmente em contextos de desigualdade — como os enfrentados por famílias que têm direito ao BPC, mas que se deparam com obstáculos burocráticos e desinformação.

As raízes epistemológicas da educação para a mídia — também chamada de mídia-educação ou educomunicação — foram construídas a partir do diálogo com áreas como sociologia, filosofia, linguística, história da arte, semiótica, teoria crítica e estudos da comunicação. Autores como Benjamin, Adorno, Bourdieu, Foucault, Eco, McLuhan, Stuart Hall e David Buckingham contribuíram para consolidar um campo que busca promover a leitura crítica das mídias e estimular práticas comunicacionais autônomas. No Brasil, essas referências são apropriadas por estudiosos como Almeida, Lobato e Ghaziri (2011), que propõem uma perspectiva latino-americana e transformadora da comunicação na educação.

Entre as sete áreas de intervenção sistematizadas por Almeida (2024, p. 41), encontram-se: 1) educação para a comunicação; 2) pedagogia da comunicação; 3) gestão da comunicação; 4) mediação tecnológica na educação; 5) produção midiática educativa; 6) expressão comunicativa por meio da arte; e 7) epistemologia da educomunicação. Todas elas podem se combinar em um mesmo projeto, mas é essencial que os objetivos estejam claramente definidos para que a intervenção tenha foco e coerência.

Entre essas áreas, destaca-se, neste estudo, a educação para a comunicação como a mais diretamente relacionada à problemática investigada. Essa área visa desenvolver, nos sujeitos, a capacidade crítica e autônoma de interpretar, produzir e circular informações, o que é essencial para que famílias em situação de vulnerabilidade compreendam os seus direitos e os mecanismos de acesso aos benefícios sociais (Almeida, 2024, p. 50). No caso específico do BPC, promover a educação para a comunicação significa criar estratégias educativas que ajudem as famílias a navegar pelo sistema previdenciário, interpretar corretamente os critérios legais e utilizar, de forma informada e consciente, os canais digitais e institucionais de solicitação do benefício.

O quadro 1 resume as áreas de intervenção da educomunicação e sua relação com o presente estudo:

Quadro 01 – Áreas de Intervenção da Educomunicação e Relação com o Estudo

ÁREA DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA	RELAÇÃO COM O ESTUDO
Pedagogia da Comunicação	Utilização de mídias como recurso pedagógico e linguagem didática em sala de aula.	Secundária
Gestão Participativa da Comunicação	Promoção de ambientes democráticos e dialógicos na comunicação institucional.	Secundária
Educação para a Comunicação	Desenvolvimento da leitura crítica das mídias, produção autônoma de conteúdo.	Principal (eixo central do estudo)
Mediação Tecnológica	Integração de tecnologias digitais no ambiente educacional e social.	Complementar
Mobilização Comunitária	Comunicação voltada à ação coletiva e à transformação social no território.	Relevante, mas não foco central

Fonte: Adaptado de Almeida (2024).

Ao compreender a educomunicação como ferramenta de mediação entre sujeitos e instituições, é possível evidenciar sua importância para a efetivação das políticas públicas, sobretudo em contextos onde a falta de informação adequada compromete o exercício de direitos sociais. No caso do BPC, a ausência de estratégias comunicacionais voltadas às necessidades reais das famílias beneficiárias evidencia lacunas estruturais na implementação da política. A seguir, serão discutidas as principais políticas públicas voltadas às crianças com deficiência no Brasil, evidenciando avanços normativos e institucionais, mas também os desafios persistentes para sua concretização no cotidiano das famílias.

Ao adotarmos a educomunicação como eixo central deste estudo, buscamos destacar seu potencial como ferramenta de mediação entre os sujeitos e as instituições, especialmente no que diz respeito ao acesso e à compreensão de políticas públicas como o BPC.

POLÍTICAS PÚBLICAS EM PROL DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

A partir da década de 1980, observamos um movimento crescente nas ciências sociais em direção à valorização do papel do Estado na formulação e implementação de políticas públicas. Esse movimento, conforme argumenta Skocpol (1985), buscou compreender como as ações estatais influenciam os processos políticos, sociais e econômicos, especialmente no enfrentamento das desigualdades.

No Brasil, identificamos avanços significativos a partir da segunda metade dos anos 1990, com a criação de programas sociais como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (1996), Bolsa Alimentação, Bolsa Escola e, posteriormente, o Bolsa Família. Esses programas reforçaram a proteção social, inclusive para famílias com crianças com deficiência (Soares et al., 2007).

Nos últimos anos, temos acompanhado a formulação de políticas públicas voltadas à garantia dos direitos das pessoas com deficiência, com destaque para a infância. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) é um marco nesse processo, ao assegurar o acesso à educação em classes comuns do ensino regular, com o suporte necessário do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

No campo intersetorial, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, instituído pelo Decreto nº 7.612/2011, articulou ações nas áreas de educação, saúde,

acessibilidade e inclusão social, promovendo estratégias voltadas para a infância com deficiência, como o acesso ampliado a tecnologias assistivas e à reabilitação precoce (Brasil, 2011). Além disso, a ratificação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência por meio do Decreto nº 6.949/2009 fortaleceu o compromisso do Estado brasileiro com a promoção da participação plena e efetiva das crianças com deficiência na sociedade, em igualdade de condições com as demais (Brasil, 2009).

Consideramos que esses marcos normativos representam esforços significativos do Estado brasileiro para consolidar políticas inclusivas voltadas à promoção da dignidade, da autonomia e do desenvolvimento integral das crianças com deficiência. No entanto, sua efetividade ainda depende da articulação intersetorial, da alocação de recursos e do monitoramento constante das ações implementadas.

Além dessas medidas, é importante destacar iniciativas como a Política Nacional de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência, instituída em 2002 (Brasil, 2002), e o Plano Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente com Deficiência (Brasil, 2007), que contribuíram para articular ações de proteção integral, diagnóstico precoce, acesso à educação, saúde e inclusão social, com foco nas especificidades da infância com deficiência.

Reconhecemos que o debate educacional sobre crianças com deficiência se intensificou nas décadas de 1950 e 1960, inicialmente pautado por uma lógica terapêutica e corretiva. Como destaca Sardagna (2013), as crianças eram frequentemente classificadas como 'desajustadas', o que reforçava estigmas e práticas excludentes. Nesse sentido, Provin (2011) aponta que a inclusão, enquanto discurso contemporâneo, muitas vezes se apresenta como uma forma velada de exclusão, sendo disseminada como algo "bom em si mesmo", em nome da obediência à lei ou por um suposto papel salvacionista da escola. Klein (2010, p. 12) observa que:

A palavra inclusão tem sido utilizada como um jargão na área educacional para marcar as práticas que gostaríamos que fossem mais justas, democráticas e solidárias. [...] Está frequentemente aparece de forma simplificada e restrita à discussão pedagógica, com ênfase nas questões metodológicas (Klein, 2020, p.12).

A autora sugere que a discussão da inclusão deve ser ampliada para além do "como ensinar", incluindo também o "para que" e "o que ensinar", articulando dimensões pedagógicas, políticas e econômicas.

No Estado do Rio Grande do Sul, políticas e serviços como o Serviço de Orientação e Educação Especial (SOEE), criado em 1954, e o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais (CPOE), buscaram oferecer suporte especializado aos alunos com deficiência. Entretanto, como destaca Sardagna (2013), tais práticas, por vezes, reforçam estigmas ao classificarem os estudantes em categorias como "aluno excepcional" ou "criança retardada".

O Bolsa Família, ao unificar programas de transferência de renda, contribuiu para a ampliação da rede de proteção social no Brasil. De acordo com Soares e Sátyro (2009), esse programa tornou-se uma das mais importantes ferramentas de política social do país, atrás apenas do SUS, da educação pública e da previdência social.

Partimos da concepção de políticas públicas proposta por Souza (2006), que compreende essas ações como a materialização das intenções governamentais em práticas concretas, capazes de gerar mudanças sociais efetivas. Com base nessa perspectiva, analisamos as políticas voltadas às crianças com deficiência como instrumentos que, embora normativamente avançados, ainda enfrentam entraves em sua implementação.

Nesse processo, destaca-se o papel do Poder Judiciário. Segundo Sagüés (apud Barroso, 2009), o ativismo judicial representa a doutrina que confere à judicatura um protagonismo decisivo nas mudanças sociais e na incorporação de novos direitos constitucionais aos já existentes.

Esse protagonismo tem se intensificado no Brasil, com o Judiciário assumindo um papel de destaque na garantia de direitos fundamentais, especialmente quando os demais poderes se mostram ineficazes.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, começou a ser implementado em 1996. Trata-se de um benefício não contributivo, no valor de um salário-mínimo, destinado a pessoas idosas (a partir de 65 anos) e a pessoas com deficiência em situação de extrema pobreza (Soares et al., 2007).

A concessão do benefício exige comprovação de renda familiar per capita inferior a 1/4 do salário-mínimo e, no caso das pessoas com deficiência, a avaliação da condição funcional do requerente (Soares, 2007).

Desde 2009, vigora o modelo de avaliação biopsicossocial para elegibilidade ao BPC, fundamentado na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), da Organização Mundial da Saúde, e alinhado à Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Brasil, 2007).

De acordo com Sampaio et al. (2005), esse modelo transcende as limitações corporais, considerando a interação entre dimensões biológicas, individuais e sociais. A deficiência, nessa perspectiva, não é apenas uma condição médica, mas resulta da interação entre impedimentos físicos e as barreiras do meio.

A Convenção da ONU (United Nations, 2006) define pessoas com deficiência como aquelas que têm impedimentos de longo prazo que, em interação com barreiras diversas, impedem sua participação plena na sociedade em igualdade de condições.

Atualmente, conforme a Lei nº 15.077/2024, o processo de avaliação do BPC envolve duas etapas: (1) a verificação da renda familiar e (2) a avaliação da deficiência, realizada por equipe multiprofissional. Peritos médicos analisam 18 domínios referentes às funções corporais, enquanto assistentes sociais avaliam 9 domínios relacionados às barreiras ambientais e sociais.

Apesar dos avanços normativos e institucionais, identificamos, ao longo de nossa pesquisa, inúmeros desafios para a efetivação dos direitos previstos, especialmente no que se refere ao acesso ao BPC por famílias em contextos de vulnerabilidade, como ocorre no município de Santa Maria. Torna-se essencial, portanto, compreender a existência das políticas e também a sua materialização no cotidiano das famílias.

A análise empírica dessa temática será desenvolvida na dissertação em curso, com base em estudo de caso realizado no município de Santa Maria, RS.

METODOLOGIA

Adotamos uma abordagem qualitativa por considerarmos que ela é adequada à investigação de fenômenos sociais complexos, permitindo interpretar contextos específicos relacionados às práticas, experiências e percepções das famílias quanto ao acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). De acordo com Gil (2008), a metodologia qualitativa permite uma análise aprofundada de fenômenos sociais, utilizando fontes secundárias e documentos oficiais como base para interpretação e compreensão das dinâmicas envolvidas.

Para a coleta de dados, analisamos documentos institucionais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), incluindo manuais de orientação, relatórios de gestão e dados atualizados sobre os procedimentos e requisitos do BPC, além de legislações pertinentes, como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e suas regulamentações complementares. Consultamos ainda relatórios produzidos por organizações da sociedade civil, especialmente associações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência, os quais oferecem evidências e reflexões relevantes sobre as dificuldades enfrentadas por famílias de crianças com deficiência na obtenção do benefício.

A revisão bibliográfica concentrou-se em estudos sobre Benefício de Prestação Continuada, políticas públicas de inclusão, deficiência e educomunicação, com destaque para os trabalhos de Almeida (2011; 2024), Soares e Sátyro (2009), Souza (2006), Skocpol (1985), Sardagna (2013), Klein (2020) e Sampaio et al. (2005), além da legislação vigente. O foco esteve nas barreiras informacionais e burocráticas do sistema previdenciário brasileiro e nas contribuições da educomunicação como possível estratégia mitigadora.

Conduzimos a análise documental com base em critérios de relevância, atualidade e credibilidade, priorizando documentos oficiais, resoluções técnicas e relatórios de impacto produzidos por órgãos públicos e organizações não governamentais. E orientamos a interpretação dos dados por meio da técnica de análise de conteúdo, o que nos permitiu identificar padrões, categorias e recorrências relacionadas às barreiras de acesso ao BPC e ao potencial da educomunicação como instrumento de mediação e transformação social.

Essa abordagem possibilitou uma compreensão detalhada das dificuldades enfrentadas pelas famílias de crianças com deficiência no acesso ao benefício, contribuindo para fundamentar as propostas apresentadas no estudo e alinhá-las às necessidades detectadas nos contextos analisados.

Optamos por uma análise predominantemente documental neste artigo, com base em fontes secundárias. Ressaltamos que esta etapa faz parte de uma pesquisa mais ampla, que inclui, em andamento, um estudo de caso no município de Santa Maria, RS, voltado à compreensão empírica das vivências de famílias beneficiárias e dos profissionais da assistência social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Identificamos, a partir da análise documental, quatro barreiras principais que dificultam o acesso ao BPC por famílias de crianças com deficiência: a falta de informação clara e acessível, a complexidade da documentação exigida, a limitação no acesso e uso dos canais digitais, e os custos associados à contratação de apoio jurídico. Observamos que, diante da insegurança gerada pelo excesso de burocracia, muitas famílias optam por contratar advogados, mesmo sem essa exigência legal, o que acarreta custos adicionais e reforça as desigualdades de acesso.

Reconhecemos que diversas políticas públicas brasileiras, embora legalmente estabelecidas, nem sempre se mostram efetivas na prática. Entre elas, destacamos o BPC, a isenção de taxas em concursos federais, a Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), o Bolsa Família, entre outros programas voltados à proteção social.

Para organizar a análise dos materiais, elaboramos o Quadro 02, no qual sistematizamos os tipos de documentos examinados, suas fontes, critérios de análise e os objetivos específicos de cada conjunto documental. Esse quadro visa assegurar uma abordagem organizada e criteriosa, permitindo identificar as barreiras informacionais e burocráticas no acesso ao BPC, bem como explorar o potencial da educomunicação para mitigar essas dificuldades. A estrutura apresentada auxilia na integração dos dados coletados com os objetivos da pesquisa, garantindo que os resultados refletem uma compreensão ampla e fundamentada do problema.

Quadro 02 - Quadro de Análise de Materiais para Investigação das Barreiras no Acesso ao BPC

TIPO DE MATERIAL	FONTE/EXEMPLO	CRITÉRIOS DE ANÁLISE	OBJETIVO NA PESQUISA
Legislação	Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); Decreto nº 6.214/2007	- Clareza das disposições legais sobre o BPC.- Identificação de requisitos e condições para concessão do benefício.- Verificação de alterações legislativas recentes.	Compreender os fundamentos legais do BPC e identificar possíveis lacunas que impactam o acesso ao benefício.
Relatórios Institucionais	Relatório de Gestão do INSS (2023); Dados sobre o BPC no Brasil	- Dados estatísticos sobre concessão do BPC.- Identificação de gargalos operacionais.- Evidências de barreiras burocráticas.	Analisar a implementação prática do BPC e identificar desafios no âmbito operacional e administrativo.
Manuais e Guias Oficiais	Manual de Orientações sobre o BPC	- Análise da clareza e acessibilidade da linguagem.- Identificação de orientações insuficientes ou complexas.	Verificar como as informações são apresentadas às famílias e identificar possíveis falhas de comunicação.
Relatórios de Organizações Não Governamentais (ONGs)	Relatórios da OBAPD e de outras entidades de defesa dos direitos das pessoas com deficiência	- Perspectiva das ONGs sobre as dificuldades enfrentadas pelas famílias.- Análise de propostas de melhoria sugeridas por essas entidades.	Incorporar pontos de vista externos e críticas ao sistema, complementando a visão oficial.
Estudos Acadêmicos	Artigos sobre barreiras no acesso ao BPC e sobre educomunicação	- Identificação de estudos que abordem barreiras informacionais e burocráticas.- Exploração de metodologias e conceitos relacionados à educomunicação.	Fundamentar teoricamente a pesquisa, articulando o BPC com práticas comunicativas.
Publicações de Instituições Especializadas	Publicações do Ministério da Cidadania e da Secretaria Nacional de Assistência Social	- Dados sobre a abrangência e efetividade das políticas públicas.- Identificação de programas complementares ao BPC.	Contextualizar o BPC dentro das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência no Brasil.

Fonte: Elaboração própria.

Com base no quadro de análise, conduzimos uma investigação detalhada das fontes selecionadas, o que nos permitiu identificar padrões recorrentes de barreiras no acesso ao BPC e, simultaneamente, explorar as possibilidades de aplicação da educomunicação como estratégia mitigadora. Os resultados obtidos, apresentados a seguir, evidenciam as principais barreiras encontradas, bem como apontam para estratégias que podem ser implementadas para superá-las,

considerando o papel central da educomunicação na promoção de soluções informacionais e inclusivas.

Quadro 03 - Síntese das Barreiras de Acesso ao BPC e Possíveis Intervenções Educomunicativas

Tipo de Barreiras	Exemplos Identificados	Propostas via Educomunicação
Informacional	Falta de clareza nos documentos oficiais	Produção de vídeos, cartilhas e oficinas comunitárias
Burocrática	Excesso de documentos e formulários	Mediação digital com linguagem acessível
Tecnológica	Dificuldade no uso do site do INSS	Oficinas de letramento digital nas escolas e CRAS
Financeira	Gastos com advogados	Parcerias para orientação jurídica gratuita

Os achados confirmam a presença de múltiplas barreiras estruturais que comprometem o acesso ao BPC, em consonância com as reflexões teóricas que discutimos ao longo deste trabalho. Reforçamos, com base na literatura e nos dados analisados, que a educomunicação pode desempenhar um papel estratégico na superação dessas barreiras, ao promover uma comunicação mais acessível, cidadã e crítica.

A ausência de informações claras e acessíveis reforça a análise de Almeida (2024), que aponta a comunicação institucional como uma das áreas mais frágeis da relação entre Estado e sociedade civil. A falta de linguagem acessível nos documentos oficiais pode ser vista como uma violação do direito à informação e, portanto, um obstáculo à cidadania plena. Para atingir seus objetivos, os educadores utilizam diversos recursos, isolados ou combinados, das áreas de intervenção da Educomunicação. Elas orientam o planejamento de ações em que se deseje: I) estabelecer a comunicação cidadã, democrática e participativa; II) educar para a adoção de boas práticas comunicativas; III) construir conhecimento sobre a própria educomunicação; IV) motivar para a aprendizagem; V) utilizar a tecnologia ou a arte nos processos educativos; VI) produzir mídias educativas.

É possível constatar que a ausência de informações claras e acessíveis nos documentos oficiais não apenas ecoa a análise de Almeida (2024) sobre a fragilidade da comunicação institucional, mas também se conecta diretamente com o conceito de transparência pública. Uma comunicação governamental eficaz é um pilar fundamental para a democracia, permitindo que os cidadãos compreendam as decisões, políticas e serviços oferecidos pelo Estado. Quando a linguagem utilizada é excessivamente técnica ou obscura, ela cria uma barreira informacional que impede o exercício pleno da cidadania.

Nesse contexto, as áreas de intervenção da Educomunicação apresentadas oferecem um caminho promissor para mitigar essa fragilidade. Ao buscar estabelecer uma comunicação cidadã, democrática e participativa, a Educomunicação se alinha com os princípios da inclusão comunicacional e do empoderamento social. Educar para a adoção de boas práticas comunicativas é crucial para desenvolver a capacidade dos cidadãos de interpretar e produzir mensagens de forma crítica e consciente. A construção de conhecimento sobre a própria educomunicação fortalece a reflexão sobre o papel da comunicação nos processos educativos e sociais. Motivar para a aprendizagem, utilizar a tecnologia ou a arte e produzir mídias educativas são estratégias que potencializam a disseminação de informações de maneira mais engajadora e acessível a diferentes públicos, rompendo com a linguagem hermética dos documentos oficiais. A Educomunicação,

portanto, se configura como uma ferramenta de mediação cultural e informacional entre o Estado e a sociedade civil.

A burocracia excessiva e o tecnicismo dos documentos analisados confirmam o que Soares (2007) descreve como um "muro de obstáculos" que separa os direitos garantidos em lei de sua efetiva fruição pelas populações vulneráveis. Indica que a referência a Soares (2007) geralmente se concentra em análises sobre as políticas públicas, especialmente no contexto da educação, com foco na influência do Banco Mundial e no Brasil. A pesquisa de Soares (2007) parece estar concentrada na área da educação, analisando as políticas públicas implementadas nesse setor, especialmente as influenciadas pelo Banco Mundial, avaliando a importância do Banco Mundial na educação, não apenas em termos de empréstimos e abrangência, mas também pelo seu caráter estratégico. O estudo menciona que o Brasil apresenta um alto índice de insucesso nos projetos financiados pelo Banco Mundial, indicando a necessidade de uma reflexão sobre as necessidades do sistema de ensino público do país.

A identificação da burocracia excessiva e do tecnicismo nos documentos como um "muro de obstáculos", conforme a metáfora utilizada por Soares (2007), ilustra um problema persistente na implementação de políticas públicas e na garantia de direitos. Essa barreira, que dificulta o acesso e a compreensão das informações por parte das populações vulneráveis, pode ser analisada à luz das teorias sobre justiça social e equidade. A complexidade da linguagem e dos procedimentos burocráticos muitas vezes favorece aqueles com maior capital cultural e informacional, perpetuando desigualdades e marginalizando grupos que mais necessitam dos serviços e direitos garantidos por lei.

A concentração da análise de Soares (2007) no contexto da educação e na influência do Banco Mundial no Brasil traz à tona a discussão sobre a condicionalidade das políticas públicas e o impacto de organismos internacionais nas agendas nacionais. A constatação do alto índice de insucesso em projetos financiados pelo Banco Mundial no Brasil levanta questões cruciais sobre a adequação dessas políticas às reais necessidades do sistema de ensino público e sobre a importância de uma participação mais efetiva da sociedade civil na formulação e implementação dessas políticas.

A educomunicação, conforme defendido por Martin-Barbero e Almeida, pode ser uma ferramenta estratégica para reduzir essas barreiras, ao fomentar a leitura crítica das mídias, a produção de materiais educativos localizados e a formação cidadã voltada para a reivindicação de direitos sociais.

A perspectiva de Martin-Barbero e Almeida ressalta o potencial transformador da Educomunicação como uma estratégia para superar os obstáculos identificados. Ao fomentar a leitura crítica das mídias, a Educomunicação capacita os indivíduos a decodificar as mensagens veiculadas, a identificar possíveis vieses e a construir suas próprias interpretações da realidade. Essa habilidade é fundamental para navegar no complexo cenário informacional contemporâneo e para exercer uma cidadania ativa e informada.

Nesse sentido, a produção de materiais educativos localizados é outra contribuição crucial da Educomunicação. Ao adaptar a linguagem, os formatos e os conteúdos à realidade e às necessidades específicas de diferentes comunidades, ela torna a informação mais relevante e acessível, rompendo com a homogeneização e o distanciamento presentes em muitos documentos oficiais. Essa abordagem se alinha com os princípios da pedagogia crítica e da educação popular, que valorizam o conhecimento prévio dos sujeitos e a construção coletiva do saber.

Finalmente, a formação cidadã voltada para a reivindicação de direitos sociais é um elemento central da Educomunicação como ferramenta de transformação social. Ao empoderar os cidadãos com conhecimentos e habilidades comunicativas, ela os fortalece para que possam identificar seus direitos, articular suas demandas e participar ativamente na esfera pública. Essa perspectiva se conecta com as teorias sobre movimentos sociais e ação coletiva, que destacam o

papel da comunicação na mobilização e na organização da sociedade civil em busca de justiça e equidade.

Com base nas evidências discutidas, reafirmamos o papel da educomunicação como um elo estratégico entre a informação pública, o processo educativo e o exercício da cidadania ativa. Entendemos que a educomunicação contribui para reduzir desigualdades e ampliar o acesso a direitos ao promover a leitura crítica das mídias, a produção colaborativa de conteúdos e a disseminação acessível de informações.

CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar de que maneira a educomunicação pode contribuir para o enfrentamento das barreiras no acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) por famílias de crianças com deficiência. A análise documental e bibliográfica permitiu identificar que tais barreiras se concentram, sobretudo, na ausência de informações claras e acessíveis, na complexidade burocrática dos procedimentos, nas dificuldades de uso das plataformas digitais e nos custos indiretos relacionados à busca por orientação jurídica.

Os resultados evidenciam que a educomunicação se apresenta como uma estratégia relevante para a superação dessas dificuldades, ao favorecer ações de comunicação acessível, formação cidadã, mediação tecnológica e engajamento comunitário. Por meio dessas práticas, torna-se possível ampliar a compreensão das famílias sobre seus direitos e fortalecer sua autonomia no processo de solicitação do benefício.

Considerando que esta investigação se baseou predominantemente em análise documental, aponta-se como necessidade para estudos futuros a realização de pesquisas empíricas, com entrevistas junto às famílias beneficiárias, profissionais da assistência social e educadores, bem como a implementação e avaliação de intervenções educacionais em contextos concretos. Tais desdobramentos poderão aprofundar a compreensão das barreiras vivenciadas na prática e contribuir para o aprimoramento das políticas públicas voltadas às crianças com deficiência.

Contribuições dos Autores: Machado, G. A. S.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual; Ghisleni, T. S.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual. As autoras leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

Aprovação Ética: Não aplicável.

Agradecimentos: Não aplicável.

REFERÊNCIAS

Almeida, L. B. C. de, Lobato, E., & Gharziri, P. (2011). Educomunicação: Caminhos para a cidadania. Paulinas.

Almeida, L. B. C. de. (2024). Projetos de intervenção em educomunicação [E-book]. EDUFCG. <https://livros.editora.ufcg.edu.br/index.php/edufcg/catalog/book/229>

Barroso, L. R. (2009). O novo direito constitucional brasileiro: Contribuições para a construção teórica e prática da jurisdição constitucional no Brasil. Fórum.

Benjamin, W., Adorno, T., Bourdieu, P., Foucault, M., Eco, U., McLuhan, M., Hall, S., & Buckingham, D. Obras diversas [Citações de tradição teórica].

Brasil, Ministério da Cidadania. (2023). Manual de orientações sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Secretaria Nacional de Assistência Social. <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/bpc>

Brasil, Ministério da Educação. (2008). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC/SEESP. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-22062009&Itemid=30192

Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social. (2023a). Relatório de gestão do INSS – 2023. Instituto Nacional do Seguro Social. <https://www.gov.br/inss/pt-br/acesso-a-informacao/publicacoes/relatorios-de-gestao>

Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social. (2023b). Dados sobre o Benefício de Prestação Continuada no Brasil. Instituto Nacional do Seguro Social. <https://www.gov.br/inss/pt-br/servicos-do-inss/beneficio-de-prestacao-continuada>

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal.

Brasil. (1993, 7 de dezembro). Lei nº 8.742. Dispõe sobre a organização da Assistência Social. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm

Brasil. (2007, 26 de setembro). Decreto nº 6.214. Regulamenta o Benefício de Prestação Continuada previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6214.htm

Brasil. (2009, 25 de agosto). Decreto nº 6.949. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm

Brasil. (2011, 17 de novembro). Decreto nº 7.612. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite. Diário Oficial da União: Seção 1, 148(221), 2. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm

Klein, R. R. (2020). O que é inclusão? Mediação.

Martín-Barbero, J., & Rey, G. (2001). Os exercícios do ver: Hegemonia audiovisual e ficção televisiva. SENAC.

Organização Brasileira de Apoio à Pessoa com Deficiência [OBAPD]. (2023). Relatório anual 2023. <https://www.obapd.org.br/relatorios>

Provin, P., Klein, R. R., & Scherer, R. P. (2015). Inclusão e educação: Construindo práticas pedagógicas inclusivas. Editora Unisinos.

Sampaio, R. F., et al. (2005). Aplicação da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) na prática clínica do fisioterapeuta. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, 9(2), 129–136. <https://scispace.com/pdf/aplicacao-da-classificacao-internacional-de-funcionalidade-1gr93jtsig.pdf>

Sardagna, A. C. (2013). Políticas públicas de educação inclusiva: Da segregação à inclusão? UFRGS.

Skocpol, T. (1985). Bringing the state back in. In P. B. Evans, D. Rueschemeyer, & T. Skocpol (Eds.), *Bringing the state back in*. Cambridge University Press.

Soares, S., & Sátyro, N. G. (2009). O Programa Bolsa Família: Desenho institucional e possibilidades da avaliação de impacto. IPEA.

Souza, C. (2006). Políticas públicas: Uma revisão da literatura. *Sociologias*, 16, 20–45.

United Nations. (2006). Convention on the Rights of Persons with Disabilities. <https://www.un.org/disabilities/documents/convention/convoptprot-e.pdf>

Recebido: 3 de julho de 2025 | **Aceito:** 2 de dezembro de 2025 | **Publicado:** 31 de dezembro de 2025



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.